

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

Disakala Ventura

Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Angola - disakalaventura@gmail.com

Resumo

O presente artigo explora o papel do ativismo digital na formação de uma identidade pan-africana decolonial, destacando a forma como as plataformas digitais permitem desafiar as narrativas hegemónicas e eurocêntricas que historicamente têm perpetuado estereótipos sobre África e as suas diásporas. Utilizando um quadro teórico que combina a decolonialidade e o pan-africanismo, o artigo examina a forma como o ativismo digital contribui para a criação

de novas identidades africanas e afrodescendentes, fomentando a solidariedade transnacional que transcende as fronteiras geográficas e culturais. O estudo revisita autores-chave no debate sobre colonialismo, representações mediáticas e identidade, demonstrando que a comunicação digital pode ser uma ferramenta essencial para desconstruir imaginários coloniais e valorizar a pluralidade e complexidade das experiências africanas contemporâneas.

Palavras-chave: resistência digital, identidade, narrativas hegemónicas, solidariedade transnacional, descolonização mediática.

Communication and Decoloniality: The Role of Digital Activism in Building a Pan-African Imaginary

Abstract

This article explores the role of digital activism in shaping a decolonial pan-African identity, emphasizing how digital platforms enable the challenging of hegemonic and Eurocentric narratives that have historically perpetuated stereotypes about Africa and its diasporas. Using a theoretical framework combining decoloniality and pan-Africanism, the article examines how digital activism contributes to the creation of new African and Afro-de-

scendant identities, fostering transnational solidarity that transcends geographical and cultural boundaries. The study revisits key authors in the debate on colonialism, media representations, and identity, demonstrating that digital communication can be an essential tool for deconstructing colonial imaginaries and valuing the plurality and complexity of contemporary African experiences.

Keywords: digital resistance, identity, hegemonic narratives, transnational solidarity, media decolonisation.

Na contemporaneidade, a construção de um imaginário pan-africano tem sido um objetivo de alguns ativistas no sentido de reverter as representações sociais hegemónicas e eurocêntricas das pessoas africanas que, historicamente, têm dominado o campo mediático e a própria produção de conhecimento (Mbembe, 2019; Ndlovu-Gatsheni, 2018; Hall, 1996; Njubi, 2001; Nyabola, 2018). Daqui decorre que é premente compreender de que forma é que as plataformas digitais se podem assumir como ferramentas de resistência e mobilização, permitindo que as comunidades africanas e afrodescendentes contestem e desafiem narrativas que perpetuam a subordinação e desumanização do continente africano. Neste contexto, o ativismo digital configura-se não só como um espaço de contestação, mas também como um recurso que possibilita a construção de novas identidades e narrativas que refletem a diversidade e complexidade da experiência africana contemporânea.

O ativismo digital tem sido amplamente definido na literatura académica como a utilização estratégica de tecnologias digitais para a mobilização política e social, destacando-se pela capacidade de amplificar vozes marginalizadas e facilitar a organização de movimentos. Vegh (2013) classifica o ativismo digital em três categorias principais: consciencialização, organização e ação. Earl e Kimport (2011) defendem que o ativismo digital não complementa apenas práticas tradicionais, mas transforma-as ao reduzir custos logísticos e democratizar a participação. Castells (2015) explora o conceito de “auto-comunicação de massas”, destacando de que forma as redes sociais criaram um novo espaço público para articular exigências sociais e políticas. Num contexto decolonial, Nyabola (2018) refere que o ativismo digital permite contestar representações hegemónicas e ressignificar identidades, enquanto Mignolo e Walsh (2018) argumentam que, quando alinhado a uma perspetiva decolonial, funciona como prática de visibilização de epistemologias do Sul Global. Neste sentido, o ativismo digital emerge como uma ferramenta essencial tanto para a contestação como para a construção de novas narrativas que desafiam estruturas hegemónicas.

Enquanto ideologia que se centra numa lógica de união entre os povos de origem africana, o pan-africanismo tem vindo a desempenhar um papel central na criação de um imaginário coletivo que desafia os imaginários impostos pelo colonialismo e resgata as identidades africanas nas suas múltiplas dimensões (Adi, 2018). O movimento pan-africanista exigiu sempre justiça, igualdade e a promoção de uma consciên-

cia coletiva africana que ultrapassasse as limitações geográficas e culturais impostas pelos regimes coloniais (Prah, 2006). Atualmente, o ativismo digital tornou-se uma extensão deste movimento, proporcionando um espaço para que a juventude africana, afrodescendente e as comunidades na diáspora possam criar novos imaginários pan-africanos que promovem a solidariedade entre povos e resistem às narrativas dominantes. É neste contexto que as Ciências da Comunicação se assumem como uma perspectiva crítica relevante para analisar estes espaços de resistência, permitindo que sejam construídas novas narrativas que desconstruam o discurso da lente colonial (Hall, 1996; Mbembe, 2019). Assim sendo, o ativismo digital pode assumir-se como um instrumento de contestação das representações sociais estereotipadas e um processo de construção de identidade(s) africana(s) que reflete a diversidade do continente e da sua diáspora.

Historicamente, o colonialismo promoveu um legado de representações estereotipadas de África que ainda permanecem nos imaginários coletivos. Fanon (1967) sustenta que estas representações contribuíram para a alienação e desumanização das populações africanas, reforçando a ideia de um continente homogêneo e subalterno às potências ocidentais. Trata-se do “perigo da história única” referido pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Na era digital há novas ferramentas que propiciam espaços para contestar e reconfigurar estas narrativas hegemónicas. Neste contexto, o ativismo digital potencia espaços de articulação de vozes e identidades anteriormente silenciadas e que, na contemporaneidade, ultrapassam o continente africano. Pessoas racializadas que habitualmente eram invisibilizadas e cujo lugar de fala era apropriado, encontram hoje pontos de intersecção de partilha e novas construções identitárias.

De que forma é que o ativismo digital pode contribuir para a construção de um imaginário pan-africano decolonial e para a desconstrução das narrativas hegemónicas que perpetuam estereótipos sobre a África e as suas diásporas? Esta é a questão de investigação que norteia este artigo. Interessa-nos, assim, lançar mão de uma revisão não-sistemática da literatura que elucide de que forma as plataformas digitais são utilizadas por ativistas africanos e afrodescendentes para contestar as representações negativas e hegemónicas, veiculando novas narrativas que refletem a pluralidade da experiência africana e as suas múltiplas identidades. Neste sentido, propomos um diálogo com autores como Stuart Hall (1996), que defende que a identidade é um processo em constante construção e transformação, e Achille Mbembe (2019), que aborda a ideia de “necropolítica” para compreender como é que o controlo de discurs-

sos e representações socialmente validadas é uma forma de exercício de poder. Neste sentido, este artigo pretende discutir se o ativismo digital pode contestar representações hegemónicas, mas também construir novas formas de expressão que promovam um imaginário pan-africano mais inclusivo e dinâmico que considere múltiplas identidades, contestando estruturas de poder no mundo ocidental mas também no contexto africano. Trata-se de um trabalho de carácter ensaísta.

1. A ABORDAGEM DECOLONIAL E O PAN-AFRICANISMO NOS MEDIA E NO ATIVISMO DIGITAL

No contexto africano, o pan-africanismo é um movimento político, social e cultural que promove a unidade, solidariedade e emancipação dos povos africanos e da sua diáspora. Enquanto uma resposta aos regimes opressivos coloniais e à exploração e fragmentação do continente, o pan-africanismo defende a união dos países africanos como a única forma de lutar contra as influências coloniais e neocoloniais, promovendo a autodeterminação dos povos através do desenvolvimento económico e cultural (Adi, 2018). Nkrumah et al. (1963), um dos autores pioneiros do pan-africanismo, sustenta que a liberdade e independência do continente africano só podem ser almeçadas pela união e solidariedade entre os países. Esta visão pan-africanista foi a força motriz de muitos movimentos de libertação africanos, como o PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde liderado por Amílcar Cabral contra o colonialismo português, inspirando a luta pela independência e a construção de identidades africanas que valorizam a História e cultura do continente.

A análise de C. J. James em “The Black Jacobins” (1938/1989), ao explorar a Revolução Haitiana como um marco na luta pela autodeterminação dos povos negros, ilumina as raízes das redes de solidariedade transnacional que hoje emergem nos espaços digitais. Este contributo é essencial para compreender como é que as lutas históricas pela libertação influenciam a construção de narrativas de resistência que ressoam no ativismo digital contemporâneo. Também George Padmore, em “Pan-Africanism or Communism?” (1974), refletiu sobre a necessidade de uma união africana autónoma para enfrentar os desafios do colonialismo e do imperialismo, uma visão que se adapta de forma notável às dinâmicas do pan-africanismo digital.

Nas comunidades da diáspora e junto de afrodescendentes, o pan-africanismo assume um papel central na construção de uma identidade coletiva que transcende

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

as fronteiras nacionais e étnicas, colocando particular ênfase na ligação histórica e cultural existente entre os povos africanos (Mullings, 2004). As múltiplas experiências de opressão como a escravidão, o colonialismo e o racismo contribuíram para a criação de uma consciência pan-africana entre as comunidades afrodescendentes. A defesa do pan-africanismo na diáspora africana sempre se focou na argumentação de que a libertação e progresso das pessoas de ascendência africana só se concretizariam pela união e reivindicação de identidades comuns (Du Bois, 1965). Esta consciência coletiva assume o pan-africanismo como uma ideologia de resistência à opressão e desumanização que sentem ainda na atualidade. Na contemporaneidade e na era digital, a identidade pan-africanista na diáspora continua a manifestar-se em movimentos como o #BlackLivesMatter, que interliga as lutas dos afrodescendentes nos continentes americano, europeu e em outras partes do mundo com as lutas dos africanos no continente, criando um sentido de solidariedade transnacional (Brock, 2018).

O imaginário pan-africano refere-se ao conjunto de símbolos, narrativas e práticas que propõem uma identidade africana unificada e solidária, que se concretiza no continente e na diáspora (Mbembe, 2019). Este imaginário é sustentado por referências históricas e culturais comuns, como o legado do colonialismo, a resistência à escravidão e o orgulho nas tradições africanas. O imaginário pan-africano tem reflexos na música, literatura, cinema e nas plataformas digitais, fomentando uma visão que considera a diversidade das culturas africanas, da mesma forma que sustenta a urgência de resistir às influências coloniais e racistas (Ndlovu-Gatsheni, 2018). No entanto, este imaginário não é fixo ou estático. Ele é (re)construído sistematicamente pelas gerações mais jovens, que o adaptam às suas realidades, práticas, relações e experiências, com particular destaque para os espaços digitais.

O pan-africanismo contemporâneo e os seus múltiplos imaginários resgatam o argumento da solidariedade na construção de identidades africanas e afrodescendentes como forma de persistir às representações hegemônicas e eurocêtricas, muito em particular as mediáticas que contribuem para uma validação social das mesmas. No contexto contemporâneo, o ativismo digital tem permitido que estas ideias sejam amplificadas e disseminadas a uma escala global, interligando as lutas e aspirações das comunidades africanas e da diáspora (Nyabola, 2018). Ao procurar criar espaços transnacionais de expressão, diálogo e resistência, o pan-africanismo contemporâneo assume os ideais das lutas pela descolonização e justiça social, promovendo e na construção de um imaginário coletivo que valoriza a autonomia, criatividade e diversidade dos povos africanos e afrodescendentes. Neste sentido, a cooptação do

ativismo digital pelo pan-africanismo assume-se como um seguimento da tradição de resistência contra a subalternização e silenciamento das vozes africanas.

Do ponto de vista teórico, a abordagem decolonial assume-se como uma resposta ao reconhecimento de que as estruturas de poder e representação que são impostas pelo colonialismo continuam a influenciar a forma como a África, as suas populações e descendentes são retratadas no mundo contemporâneo (Mignolo, 2011; Quijano, 2000). Neste sentido, ao contestar a narrativa hegemónica, a decolonialidade considera as epistemologias e experiências do Sul Global, criando um enquadramento teórico que permite analisar o papel transformador do ativismo digital na criação de um imaginário pan-africano (Grosfoguel, 2011).

A abordagem decolonial advém, assim, de uma contestação crítica às estruturas de poder e representação que o colonialismo impôs, sobretudo no contexto no Sul Global (Mignolo, 2011). No contexto da decolonialidade, Mignolo (2011) sustenta que a “desobediência epistémica” é essencial para desconstruir a lógica colonial e criar novas formas de conhecimento que valorizem as epistemologias do Sul Global. Esta perspetiva desafia as narrativas eurocêtricas e hegemónicas que, através dos media, perpetuam estereótipos e imagens distorcidas das culturas e experiências africanas e da diáspora, frequentemente reduzindo-as a narrativas de pobreza, violência ou exotismo (Quijano, 2000; Nyabola, 2018).

O conceito de “necropolítica” de Mbembe (2019) enquadra-se no contexto do colonialismo, distinguindo-se por um sistema de opressão e dominação que desvalorizou as populações colonizadas e as circunscreveu a regimes de morte, violência e exploração extrema. Este sistema opressor resultou em ocupações militares, escravatura, massacres, genocídios, trabalhos forçados e a imposição de condições de vida precárias. A perspetiva é a de que se justificava a eliminação das populações sempre que o desenvolvimento económico ou a expansão territorial dos regimes coloniais estivesse em causa. É, neste sentido, a legitimação da morte e da violência. Esta herança ainda persiste nas relações de desigualdade, violência e desumanização.

As plataformas digitais, com particular ênfase para os media sociais e as redes sociais (Amaral, 2016), tornaram-se espaços de expressão e resistência onde o pan-africanismo é revitalizado (Nyabola, 2018). Movimentos como o #BlackLivesMatter e o #EndSARS denunciam a violência e injustiça que pessoas de origem africana enfrentam, assim como reforçam laços de solidariedade entre africanos, descendentes e a diáspora, criando um sentimento de pertença e identidade coletiva que é fundamental para a construção de um imaginário pan-africano (Cullors, 2018).

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

A hashtag #BlackLivesMatter não é apenas uma contestação ao racismo e à violência policial nos Estados Unidos. Ainda que assim se tenha iniciado, este movimento é uma forma de reafirmar o valor das vidas de pessoas negras, assumindo-se como uma reconfiguração da narrativa que durante séculos desumanizou as pessoas de origem africana (Griffin, 2012). Esta articulação pan-africanista desafia a lógica colonial que perpetua a ideia de inferioridade e subalternidade das populações negras, ao mesmo tempo que cria um espaço para a expressão de uma identidade africana multifacetada e diversa.

O movimento #EndSARS teve início na Nigéria e assume-se como um exemplo contemporâneo de como é que o ativismo digital pan-africanista pode mobilizar a juventude em torno de questões de justiça social e direitos humanos, reforçando a ideia de que a luta pela liberdade e dignidade é um esforço coletivo que ultrapassa as fronteiras nacionais. Articulando uma identidade africana que é simultaneamente local e global, o ativismo digital pan-africanista quebra barreiras que tradicionalmente separam as comunidades de origem africana, promovendo uma solidariedade transnacional que é essencial para a luta contra as múltiplas opressões (Nyabola, 2018).

A hashtag #RhodesMustFall, que teve origem na Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul em 2015, tornou-se um símbolo do movimento de descolonização do ensino superior e um apelo global para a reavaliação de símbolos e estruturas coloniais que oprimem estudantes africanos (Mpofu, 2017).

Os movimentos #BlackLivesMatter e #EndSARS, embora compartilhem elementos de resistência e mobilização por justiça social, emergem em contextos socioculturais e históricos substancialmente diferentes. O movimento #BlackLivesMatter, iniciado em 2013 nos Estados Unidos, tem como foco principal o combate ao racismo sistêmico e à brutalidade policial que as comunidades afro-americanas enfrentam. Este movimento é profundamente enraizado nas questões de desigualdade racial e no legado da escravidão nos EUA, utilizando as redes sociais para amplificar denúncias e mobilizar protestos globais. As hashtags, vídeos e posts associados ao #BlackLivesMatter tornaram-se símbolos de uma luta contínua por equidade racial e justiça. Por outro lado, o #EndSARS teve início na Nigéria como uma reação às práticas abusivas da unidade policial Special Anti-Robbery Squad (SARS). Este movimento, liderado principalmente por jovens nigerianos, denuncia torturas, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais perpetradas pela SARS. Diferentemente do #BlackLivesMatter, que opera num contexto marcado pela luta contra o racismo sistêmico, o #EndSARS aborda questões de corrupção institucio-

nal, abuso de poder e a demanda por direitos humanos numa sociedade predominantemente negra mas igualmente oprimida.

Ambos os movimentos demonstram como o ativismo digital pode transcender fronteiras nacionais, mas refletem as especificidades das estruturas de opressão que combatem. A análise das suas diferenças revela a importância de contextualizar os dispositivos teóricos, como o racismo e a decolonialidade, para compreender as dinâmicas locais e globais do ativismo digital.

Njubi (2001) explora de forma detalhada exemplos concretos de utilização de plataformas digitais enquanto espaços de conexão entre comunidades africanas e afrodescendentes, destacando o papel que estas desempenham na mobilização de redes de solidariedade transnacional. Estas redes não só permitem amplificar vozes historicamente marginalizadas, mas também contribuem para a (re)configuração de identidades coletivas no contexto contemporâneo, superando barreiras geográficas e culturais. Outros estudos sobre o uso de hashtags como #BlackLivesMatter e #EndSARS elucidam padrões de envolvimento e participação que evidenciam o papel do ativismo digital na articulação de narrativas decoloniais. Estudos empíricos, como os de Nyabola (2018), demonstram como as redes sociais se têm afirmado como ferramentas fundamentais para a visibilidade de vozes anteriormente silenciadas pelos media tradicionais, promovendo uma contestação direta às representações hegemónicas. Este impacto não se limita à esfera simbólica; antes, reflete-se na construção de um imaginário pan-africano que valoriza a pluralidade e complexidade das experiências africanas e afrodescendentes, permitindo compreender como as tecnologias digitais têm sido instrumentalizadas para revitalizar os ideais pan-africanistas e para resistir às múltiplas manifestações do racismo global.

Neste contexto, a “desobediência epistémica” de Mignolo (2011) manifesta-se através do uso estratégico de hashtags como #BlackLivesMatter, #EndSARS e #RhodesMustFall, que têm servido como ferramentas de mobilização e resistência ao racismo e à opressão, ao mesmo tempo que redefinem a forma como as experiências africanas e afrodescendentes são representadas (Crawford, 2016).

Quijano (2000) argumenta que a “colonialidade do poder” não se limita à esfera política ou económica, manifestando-se igualmente na produção de conhecimento e nas representações mediáticas que perpetuam as hierarquias de raça e género. Por isso, as referidas hashtags assumem-se como espaços alternativos que oferecem às comunidades marginalizadas a possibilidade de contestar os discursos hegemónicos e construir narrativas que refletem a multiplicidade e complexidade das suas experiên-

cias (Fraser, 1990; Nyabola, 2018). No âmbito do Sul Global, esta prática de “talking back” (hooks, 1989) desafia as representações midiáticas coloniais e pós-coloniais que continuam a influenciar a forma como o mundo vê o continente africano e a sua diáspora (Smith, 2021).

Plataformas de media sociais como o X (antigo Twitter) e o Instagram tornam-se espaços de reconfiguração identitária e de solidariedade transnacional, o que desafia o monopólio do conhecimento e da representação mediática que as potências coloniais estabeleceram (Brock, 2018; Mignolo & Walsh, 2018). Estas plataformas assumem-se como ferramentas de resistência e contestação à “necropolítica” e à violência racial (Crawford, 2016). Estas hashtags permitem a articulação de vozes e experiências que revelam as realidades do Sul Global, desafiando a invisibilidade imposta pelos media tradicionais e promovendo uma solidariedade transnacional entre comunidades marginalizadas (Nyabola, 2018).

É neste contexto que a abordagem decolonial se interliga com o projeto pan-africanista, uma vez que ambos se propõem a contestar representações e estruturas de poder coloniais que, ao longo da História, têm marginalizado experiências e silenciado vozes africanas. Ao adotar uma perspetiva simultaneamente decolonial e pan-africanista, o ativismo digital possibilita um espaço transnacional de agência, resiliência, congregação para reconfigurar o imaginário africano, tornando-se uma ferramenta essencial na promoção de uma visão do continente que valoriza a diversidade, a agência e a resiliência das suas populações (Mignolo & Walsh, 2018), ao mesmo tempo que estabelece pontes com as comunidades afrodescendentes e na diáspora.

Ao utilizar as plataformas digitais para promover a “desobediência epistémica” (Mignolo, 2011) e criar novos discursos, o ativismo digital torna-se um espaço de resistência e solidariedade que permite a construção de um imaginário pan-africanista que valoriza a pluralidade e a complexidade das identidades africanas e da diáspora (Maldonado-Torres, 2007).

2. COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E OS NOVOS SIGNIFICADOS PAN-AFRICANISTAS

Edward Said (1977) argumentou como o colonialismo europeu construiu um imaginário sobre o “Outro” que era fundamental para justificar a dominação colonial. O autor reportava-se Oriente e às representações criadas desta zona do mundo, mas que

se estendia a outras regiões colonizadas. Trata-se de um processo de “alteridade”, um conceito central na formação de identidades e na construção do argumentário “nós” *versus* “eles” (Levinas, 1961). No contexto colonial, o processo de alteridade foi utilizado como uma ferramenta de dominação: o colonizador definiu o “outro” como um ser inferior, frequentemente exótico e vulgarmente “primitivo”. Com efeito, o processo de “alteridade” foi crucial para a manutenção do colonialismo, pois permitia aos colonizadores apresentarem-se como superiores e, portanto, legitimados e validados na sua missão de “civilizar” os povos colonizados (Said, 1977).

As estruturas de poder colonialistas ambicionavam o controlo territorial e económico, mas também o silenciamento das tradições e culturas africanas através da imposição de uma identidade eurocêntrica. Esta opressão circunscreveu as culturas africanas a estereótipos, desvalorizando a complexidade da diversidade africana (Said, 1977; Quijano, 2000) impondo cultos religiosos, a renomeação das pessoas, a criação de novos hábitos importados do continente europeu. Daqui decorre que a desconstrução deste imaginário colonial seja uma das principais reivindicações da ideologia pan-africanista, ambicionado recuperar identidades e culturas africanas através da celebração das múltiplas experiências e tradições do continente (Adi, 2018).

É importante ressaltar que esta narrativa colonial não ficou circunscrita à era do colonialismo formal, tendo continuado a influenciar as representações de povos não europeus nos media globais, o que perpetuou estereótipos e perceções distorcidas que reforçam o argumentário de superioridade ocidental (Nyabola, 2018). Os estudos pós-coloniais emergem precisamente neste contexto, com o objetivo de criticar os legados do colonialismo que ainda persistem nas sociedades contemporâneas (Bhabha, 2012).

O pensamento pós-colonial denunciava que as identidades africanas tinham sido substituídas pelos imaginários do colonialismo, propondo a criação de novas significações, formas de representação e expressão para além de reconhecer as estruturas de poder coloniais (Bhabha, 2012; Hall, 1996). Ainda assim, Bhabha (2012) refere noções como o “mimetismo” e o “terceiro espaço” para expor de que forma as vivências criaram também identidades híbridas, que resultam da fusão entre culturas colonizadoras e colonizadas. E é neste terceiro momento que se encontra um lugar de resistência para as culturas colonizadas não serem representadas apenas como vítimas, mas também como populações com agência e competentes para subverter e redefinir as narrativas coloniais. Ainda assim, Fanon (1963) explica que o colonialismo não só desumanizou os povos colonizados, como também os fez internalizar

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

sentimentos de inferioridade. Esta ideia é fundamental para compreender como é que as representações midiáticas continuam a reforçar estereótipos coloniais, mesmo após a independência política dos países africanos (Fanon, 1963; Hall, 1996).

No entanto, a crítica decolonial sustenta que o pensamento pós-colonial se centra ainda num referencial eurocêntrico, tendo dificuldade em quebrar os laços com a ideia da colonização do poder e do saber (Grosfoguel, 2007, 2011). Ngũgĩ wa Thiong'o et al. (1986) sublinham mesmo a urgência da descolonização da mente. Neste sentido, a abordagem decolonial propõe uma ruptura profunda e radical com o legado colonialista, enfatizando a necessidade de construir novas formas de pensar, ser e comunicar a partir do Sul Global (Mignolo & Walsh, 2018).

Neste sentido, o ativismo digital pan-africanista assume uma ruptura com o pós-colonialismo, criando espaços para as narrativas africanas se emanciparem (Nyabola, 2018). Através da disseminação de hashtags como #TheAfricaTheMediaNeverShowsYou, ativistas digitais procuram desconstruir as representações estereotipadas do continente, promovendo uma visão que celebra a diversidade, criatividade e resiliência das culturas africanas, desafiando as representações estereotipadas e simplistas de África nos media globais. Efetivamente, ao partilhar histórias, tradições, expressões artísticas e formas de resistência, o ativismo digital está a criar um imaginário pan-africano que resiste à lógica colonial e promove uma visão do continente que é baseada na solidariedade, dignidade e liberdade (Brock, 2018; Mignolo & Walsh, 2018).

O pan-africanismo digital contemporâneo distingue-se dos movimentos históricos pela sua capacidade de adaptação às ferramentas tecnológicas e ao ambiente digital. Enquanto os movimentos históricos, liderados por figuras como Kwame Nkrumah, George Padmore e C.R.L. James, centravam-se na libertação política e na emancipação cultural, o pan-africanismo digital utiliza as redes sociais para amplificar vozes marginalizadas, promover solidariedade transnacional e construir novas identidades africanas (Adi, 2018). Hashtags como #TheAfricaTheMediaNeverShowsYou e #WeAreAllAfricans¹ exemplificam a capacidade do pan-africanismo digital de desafiar narrativas hegemónicas e eurocéntricas, promovendo uma visão mais plural e complexa das experiências africanas e afrodescendentes (Nyabola, 2018). Além disso, este

1 Este movimento digital promove a ideia de uma identidade pan-africana coletiva, transcendente às barreiras geográficas, étnicas e culturais que historicamente fragmentaram o continente africano e as suas diásporas. O uso da hashtag enfatiza a unidade e a solidariedade entre os povos de ascendência africana, defendendo a importância de valorizar a herança comum e lutar contra as narrativas coloniais que perpetuam divisões e estereótipos.

movimento contemporâneo permite a articulação de causas locais e globais, criando um espaço no qual as lutas históricas pela justiça social e emancipação se interseccionam com as demandas atuais por reconhecimento e inclusão (Ndlovu-Gatsheni, 2018; Nyabola, 2018).

3. ATIVISMO DIGITAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PAN-AFRICANA

O ativismo digital tornou-se um espaço essencial para a construção e expressão de identidades pan-africanas. Hall (1996) descreve a identidade como um processo em constante construção e transformação. É neste contexto que o espaço digital se apresenta como uma plataforma onde as identidades africanas e da diáspora podem ser (re)construídas, refletindo a complexidade e diversidade das experiências dos seus sujeitos. Neste sentido, o ativismo digital decolonial surge como uma forma de resistência e reconstrução identitária que transcende as limitações do pensamento pós-colonial. Ao criar espaços digitais de solidariedade e diálogo, os ativistas decoloniais utilizam as plataformas digitais para denunciar as injustiças e desigualdades que persistem como resultado do legado colonial, ao mesmo tempo que promovem narrativas alternativas que celebram a riqueza e diversidade das culturas africanas e afrodescendentes (Ndlovu-Gatsheni, 2018). É nesta perspectiva que Smith (2021) defende que o processo de descolonização deve incluir a produção e valorização de conhecimentos indígenas e africanos que foram historicamente marginalizados pelo projeto colonial. Logo, ao proporcionar um espaço para a partilha e disseminação destas epistemologias, o ativismo digital torna-se uma ferramenta poderosa na luta contra a hegemonia do conhecimento eurocêntrico.

Movimentos como #WeAreAllAfricans têm desempenhado um papel central na promoção de uma consciência pan-africana que transcende as barreiras impostas pelo colonialismo e o legado da diáspora africana (Ndlovu-Gatsheni, 2018). Através destes movimentos, as comunidades africanas e da diáspora encontram um espaço para expressar a sua identidade e reivindicar a sua pertença a um imaginário coletivo que valoriza a solidariedade, a partilha de experiências e a luta comum contra a opressão. O ativismo digital permite, assim, que as comunidades africanas e da diáspora criem contra-narrativas que subvertem os discursos dominantes. As campanhas online, muitas vezes lideradas por jovens ativistas, utilizam os media sociais para dar

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

visibilidade a questões que são tradicionalmente marginalizadas pelos media convencionais.

O ativismo digital pan-africanista também oferece uma oportunidade para que as vozes africanas e afrodescendentes articulem uma narrativa que desafia a lógica racista e eurocêntrica que historicamente desumanizou e marginalizou as experiências africanas. Através de hashtags como #SayHerName², que destaca a violência contra as mulheres negras, os ativistas digitais desafiam a “necropolítica” (Mbembe, 2019) ao exigir que estas vidas e experiências sejam reconhecidas e valorizadas (Gillespie, 2017). A construção identitária no ativismo digital não é apenas um processo de resistência, mas também de celebração e criação. Hashtags como #BlackGirlMagic³ exemplificam como o ativismo digital pan-africanista pode celebrar a beleza, criatividade e resiliência das mulheres negras, desafiando os padrões de beleza eurocêntricos e promovendo a autovalorização e autoestima (Griffin, 2012). Estas campanhas online funcionam como práticas de reapropriação identitária que permitem às mulheres negras afirmarem a sua identidade e autoestima, resistindo à desumanização e invisibilidade que enfrentaram ao longo dos séculos.

Além disso, o ativismo digital tem possibilitado a articulação de identidades pan-africanistas, unindo pessoas de diferentes países e culturas africanas em torno de causas comuns. Os media sociais assumem-se, assim, como plataforma onde os africanos e a diáspora africana podem apresentar as suas próprias narrativas, desafiando a imagem monolítica e estereotipada da África como um continente de pobreza, guerra e subdesenvolvimento (Nyabola, 2018). Este processo de resistência e criação permite que identidades previamente marginalizadas sejam celebradas e reconhecidas, contribuindo para uma construção identitária que reflete a diversidade e complexidade das experiências africanas. As redes sociais e os media sociais tornam-se, então, espaços de libertação e transformação, onde a construção identitária se torna um ato político e de resistência à “necropolítica” que historicamente tentou silenciar e invisibilizar estas vozes (Mbembe, 2019; Ndlovu-Gatsheni, 2018).

2 Criada em 2014 pelo African American Policy Forum (AAPF), esta campanha digital busca dar visibilidade às mulheres negras vítimas de violência policial nos Estados Unidos. Inspirada por casos como o de Breonna Taylor, a hashtag denuncia como as mortes de mulheres negras frequentemente são negligenciadas no discurso público, mesmo dentro do movimento antirracista. Além de destacar essas vítimas, a campanha desafia as dinâmicas de gênero que moldam as formas de violência e a cobertura mediática.

3 Este movimento celebra a beleza, resiliência e criatividade das mulheres negras, desafiando padrões de beleza eurocêntricos e estereótipos que desumanizam ou desvalorizam mulheres negras. Criada em 2013 por CaShawn Thompson, a hashtag tornou-se rapidamente um símbolo global de empoderamento feminino negro, amplificando histórias de conquistas e promovendo autoestima e orgulho cultural.

Ao desafiar as narrativas hegemônicas e criar novas formas de expressão e solidariedade, o ativismo digital torna-se uma ferramenta indispensável para a construção de identidades pan-africanas e para a promoção de um imaginário que valoriza a agência, a criatividade e a resiliência das comunidades africanas e afrodescendentes. Este processo de construção identitária no espaço digital não só contribui para a descolonização do pensamento e das representações, mas também para a criação de laços de solidariedade que fortalecem a luta contra as estruturas de poder que perpetuam a colonialidade e a desigualdade (Brock, 2018; Nyabola, 2018).

4. O PAPEL DOS ALIADOS NO ATIVISMO DIGITAL ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

O papel dos aliados no ativismo digital antirracista e decolonial é um elemento essencial para compreender as dinâmicas de solidariedade transnacional que caracterizam os movimentos contemporâneos. Como argumenta Collins (2000), os aliados devem posicionar-se como facilitadores, utilizando os seus recursos e privilégios para criar plataformas que amplifiquem as vozes das comunidades marginalizadas. Esse posicionamento é particularmente relevante no contexto digital, onde as redes sociais operam simultaneamente como espaços de mobilização e contestação. Ao partilhar conteúdos, promover debates informados e questionar narrativas hegemônicas, os aliados contribuem para o fortalecimento das lutas decoloniais, desafiando as hierarquias epistémicas e discursivas que historicamente perpetuam a exclusão (Quijano, 2000; Mignolo, 2011).

No ativismo digital, os aliados desempenham um papel crítico na amplificação de narrativas de resistência, mas essa amplificação deve ser conduzida com uma ética de não apropriação. Como sugere hooks (1989), o “talking back” é um ato de resistência que pertence às vozes diretamente impactadas pela opressão, cabendo aos aliados garantir que estas narrativas sejam ouvidas sem se sobreporem a elas. Fraser (1990) complementa ao argumentar que os espaços públicos alternativos são fundamentais para a articulação de discursos de resistência, especialmente no contexto digital, onde as comunidades marginalizadas podem confrontar as narrativas dominantes. Assim, os aliados podem apoiar a criação desses espaços seguros, tanto online quanto offline, garantindo que sejam inclusivos e respeitem as experiências e epistemologias das populações marginalizadas (Nyabola, 2018).

Além disso, os aliados devem compreender as complexidades associadas ao seu papel, reconhecendo as suas próprias posições de privilégio e as implicações das suas ações no reforço ou desconstrução das estruturas de poder. Grosfoguel (2007) alerta para o risco de perpetuação da colonialidade do saber e do ser, mesmo em contextos que aparentam ser emancipatórios. Portanto, o envolvimento ético dos aliados exige uma escuta ativa, um respeito absoluto pela autonomia dos movimentos e uma rejeição das práticas paternalistas. Este compromisso ético alinha-se com as práticas de “desobediência epistémica” defendidas por Mignolo (2011), que requerem um afastamento das lógicas eurocêntricas que continuam a informar as narrativas globais.

Daqui decorre que os aliados podem desempenhar um papel significativo na ampliação do alcance das reivindicações dos movimentos decoloniais e antirracistas. Ao construir pontes entre comunidades diversas e audiências globais, criam redes de solidariedade transnacional que transcendem as barreiras geográficas e culturais, fortalecendo a luta contra as estruturas de opressão. Como afirmam Brock (2018) e Nyabola (2018), essa prática evidencia o poder do ativismo digital enquanto ferramenta para desafiar narrativas hegemónicas e promover uma justiça social que reconheça e celebre a pluralidade das experiências humanas. Neste sentido, quando desempenhado com ética, comprometimento e um entendimento claro das dinâmicas de poder, o papel dos aliados torna-se um elemento indispensável na transformação das estruturas de poder e na promoção de narrativas inclusivas e emancipadoras.

5. COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE E EMANCIPAÇÃO PAN-AFRICANISTA

A comunicação, quando utilizada como ferramenta de emancipação e conscientização, desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais justas e inclusivas (Freire, 1970). Paulo Freire (1970) apresentou a comunicação como uma prática de liberdade, defendendo que o diálogo é uma forma de libertação que permite que os oprimidos se tornem conscientes de sua realidade e das estruturas de poder que os subjagam. Neste sentido, a comunicação não é apenas um ato de transmissão de informação, mas sim um processo de transformação social e de construção coletiva do conhecimento (Freire, 1970).

No contexto do ativismo digital, o conceito de Freire (1970) de comunicação como prática de liberdade torna-se ainda mais relevante, considerando que as plataformas di-

gitais oferecem um espaço onde o diálogo e a troca de experiências se tornam acessíveis a uma ampla variedade de vozes (hooks, 1989). bell hooks (1989) reforça a importância do “talking back” como um ato de resistência, onde a comunicação é utilizada para desafiar as estruturas de poder que historicamente silenciaram vozes marginalizadas.

A ideia de comunicação como prática de liberdade é especialmente visível nas campanhas digitais como #BlackLivesMatter, em que pessoas negras utilizam as redes sociais e os media sociais para denunciar a violência policial e o racismo sistêmico, procurando igualmente afirmar a dignidade e valor das vidas negras (Cullors, 2018). Estas campanhas não só dão visibilidade a questões muitas vezes ignoradas pelos media tradicionais, mas também criam espaços de solidariedade e partilha, onde a comunicação se torna uma prática de empoderamento e de resistência ao racismo e à opressão (Brock, 2018). Por outro lado, a comunicação digital permite a criação de “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983) que transcendem fronteiras geográficas e culturais, unindo pessoas em torno de causas comuns. Este processo reflete a visão de Freire (1970) de que a comunicação é um ato de transformação, capaz de criar novas realidades e possibilidades de ação coletiva.

A comunicação como prática de liberdade, portanto, não é apenas um processo de transmissão de informação, mas uma ferramenta de resistência, transformação e criação de novas possibilidades de existência e representação. O ativismo digital, ao promover o diálogo e a troca de experiências, permite que as vozes marginalizadas ocupem o espaço público, desafiando as estruturas de poder e criando um imaginário pan-africanista que celebra a diversidade e complexidade das identidades africanas e afrodescendentes (Ndlovu-Gatsheni, 2018).

CONCLUSÃO

Este artigo procurou evidenciar o papel fundamental que o ativismo digital desempenha na construção de um imaginário pan-africano decolonial, ao proporcionar um espaço de resistência, construção identitária e promoção de narrativas que desafiam as representações eurocêntricas e hegemónicas que ainda prevalecem no cenário mediático global (Mignolo, 2011; Nyabola, 2018). O ativismo digital, ao articular práticas de “talking back” (hooks, 1989) e ao promover o diálogo e a conscientização crítica (Freire, 1970), constitui um espaço vital para a descolonização da comunicação e para a afirmação das identidades africanas e da diáspora.

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

Procurámos desenvolver uma leitura crítica da literatura científica que permitisse responder à questão “De que forma é que o ativismo digital pode contribuir para a construção de um imaginário pan-africano decolonial e para a desconstrução das narrativas hegemónicas que perpetuam estereótipos sobre a África e as suas diásporas?” Entendemos que o ativismo digital, baseado em difusão de conteúdos indexados com hashtags nos media sociais, contribui para a construção de um imaginário pan-africano decolonial ao criar espaços online onde as vozes africanas e afrodescendentes podem expressar-se, partilhar experiências e afirmar a sua identidade de forma autêntica e livre das limitações impostas pelas narrativas hegemónicas eurocêntricas (Nyabola, 2018). O propósito é contestar as representações estereotipadas que retratam África como um continente homogéneo, subdesenvolvido e violento, apresentando ao mundo uma visão mais complexa e diversa das realidades africanas e dos seus descendentes (Brock, 2018).

O ativismo digital não desafia apenas a “necropolítica” (Mbembe, 2019) que ambiciona filtrar as vozes são representadas e valorizadas nos media, mas também cria espaços onde as experiências africanas e afrodescendentes são celebradas e reconhecidas (Brock, 2018). Esta prática de comunicação permite que identidades que foram historicamente marginalizadas recuperem a sua agência e legitimidade, contribuindo para a construção de um imaginário que valoriza a pluralidade e complexidade das experiências do Sul Global (Grosfoguel, 2011; Ndlovu-Gatsheni, 2018). Efetivamente, ao promover narrativas que celebram a riqueza cultural, a criatividade, a resiliência e as contribuições dos povos africanos e da diáspora, o ativismo digital desconstrói os estereótipos que perpetuam a desumanização e inferiorização das identidades africanas (Mbembe, 2019).

O artigo procurou igualmente aferir como é que a teoria demonstra que o pan-africanismo digital representa um elemento unificador, promovendo a união, solidariedade e ação coletiva entre as comunidades africanas e da diáspora. Através dos media sociais, o ativismo digital facilita a reconexão entre a diáspora africana e o continente, fortalecendo um sentido de pertença e partilha que transcende as fronteiras geográficas e culturais (Nyabola, 2018; Mignolo & Walsh, 2018).

Como referido anteriormente, no contexto do pan-africanismo e do ativismo digital, os aliados desempenham um papel crucial na promoção da solidariedade, amplificação de vozes e apoio à luta contra as injustiças e narrativas hegemónicas que perpetuam estereótipos sobre a África e as suas diásporas. Os aliados têm a respon-

sabilidade de usar as suas plataformas digitais para amplificar as vozes de ativistas africanos e afrodescendentes, em vez de se apropriarem da narrativa ou se colocarem como protagonistas da luta (Collins, 2000). A amplificação de vozes permite que as mensagens e reivindicações dos movimentos pan-africanistas e decoloniais alcancem um público mais vasto, reforçando a legitimidade das suas causas. Também no contexto da educação e consciencialização de outras pessoas sobre as questões que afetam as comunidades africanas e afrodescendentes (hooks, 1992), os aliados desempenham um papel importante. Ao desafiar publicamente discursos racistas, coloniais e eurocêntricos, os aliados também podem contribuir para a promoção de narrativas que respeitem e valorizem a diversidade e riqueza das experiências africanas e afrodescendentes (Nyabola, 2018). As pessoas aliadas devem reconhecer os seus privilégios e a posição que ocupam nas estruturas de poder, evitando assumir o protagonismo na luta pan-africanista (Brock, 2018). Devem antes agir como apoiantes, ouvindo as vozes dos que estão na linha de frente e respeitando a autonomia dos ativistas africanos e afrodescendentes na condução das suas lutas (Brock, 2018). Finalmente, os aliados podem ajudar a criar e promover espaços seguros e inclusivos, tanto online quanto offline, que são vitais para a construção de um movimento pan-africano decolonial que valorize a diversidade de vozes e perspetivas.

O desafio de descolonizar a comunicação e as narrativas que moldam o imaginário global é um processo contínuo que exige a participação ativa de comunidades, académicos, ativistas e profissionais da comunicação comprometidos com a justiça social e a promoção da diversidade (Smith, 2021). O ativismo digital assume-se uma relevante ferramenta para contestar e transformar as estruturas de poder que perpetuam a colonialidade, oferecendo um espaço onde as vozes africanas e afrodescendentes podem articular as suas experiências e construir um imaginário pan-africanista inclusivo e emancipatório (Mignolo, 2011).

As Ciências da Comunicação têm um papel central a desempenhar na promoção de uma abordagem decolonial, contribuindo para a compreensão das formas pelas quais o ativismo digital pode desafiar e subverter as estruturas de poder e representação que perpetuam a exclusão e o silenciamento de vozes africanas e da diáspora (Grosfoguel, 2007; Mignolo & Walsh, 2018). Para futuras investigações, é essencial explorar de forma empírica as intersecções entre comunicação, ativismo digital e decolonialidade, bem como o papel que o ativismo digital desempenha na redefinição

do imaginário pan-africano e na promoção de práticas comunicacionais mais inclusivas, democráticas e justas (Ndlovu-Gatsheni, 2018; Nyabola, 2018).

Ao explorar e apoiar as práticas de ativismo digital que promovem a descolonização e a construção de um imaginário pan-africano, torna-se possível não apenas desafiar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades, mas também criar uma visão de futuro onde as vozes, saberes e experiências africanas e afrodescendentes sejam valorizadas e reconhecidas como parte integrante do diálogo global (Smith, 2021). Daqui decorre que o ativismo digital continua a desempenhar um papel crucial na criação de um mundo mais justo, inclusivo e diversificado.

BIBLIOGRAFIA

- Adi, H. (2018). *Pan-Africanism: A History*. Bloomsbury Publishing.
- Amaral, I. (2016). *Redes sociais na internet: sociabilidades emergentes*. Covilhã: Lab-Com.
- Anderson, B. (1983). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Bhabha, H. K. (2012). *The Location of Culture*. London: Routledge.
- Brock, A. (2018). Critical technocultural discourse analysis. *New Media & Society*, 20(3), 1012–1030. <https://doi.org/10.1177/1461444816677532>
- Castells, M. (2015). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. Polity Press.
- Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. London: Routledge.
- Crawford, K. (2016). Can an Algorithm Be Agonistic? Ten Scenes from Life in Calculative Cultures. *Science, Technology, & Human Values*, 41(1), 77–92. <https://doi.org/10.1177/0162243915589635>
- Cullors, P. (2018). *When They Call You a Terrorist: A Black Lives Matter Memoir*. St. Martin's Griffin.

- Du Bois, W. E. B. (1965). *The Souls of Black Folk*. A.C. McClurg & Co.
- Earl, J. & Kimport, K. (2011). *Digitally enabled social change: Activism in the Internet age*. MIT Press.
- Fanon, F. (1963). *The Wretched of the Earth*. Grove Press.
- Fanon, F. (1967). *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, (25/26), 56–80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gillespie, T. (2017). Platforms are not intermediaries. *Geo. L. Tech. Rev.*, 2, 198.
- Griffin, R. A. (2012). I AM an angry Black woman: Black feminist autoethnography, voice, and resistance. *Women's Studies in Communication*, 35(2), 138-157.
- Grosfoguel, R. (2007). The Epistemic Decolonial Turn. *Cultural Studies*, 21(2-3), 211–223. <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>
- Grosfoguel, R. (2011). Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(1).
- Hall, S. (1996). Who Needs 'Identity'? In S. Hall & P. du Gay (Eds.), *Questions of Cultural Identity* (pp. 1-17). SAGE Publications.
- hooks, b. (1989). *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Boston, MA: South End Press.
- hooks, b. (1992) *Black Looks: Race and Representation*. Boston, MA: South End Press.
- James, C. L. R. (1938/1989). *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. Random House.
- Levinas, E. (1961). Totalité et Infini. Essai sur l'intériorité. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 73(3).

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

- Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>
- Mbembe, A. (2019). *Necropolitics*. Durham and London: Duke University Press.
- Mignolo, W. (2011). *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham and London: Duke University Press.
- Mignolo, W., & Walsh, C. E. (2018). *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham and London: Duke University Press.
- Mpofu, S. (2017). Disruption as a communicative strategy: The case of # FeesMustFall and # RhodesMustFall students' protests in South Africa. *Journal of African Media Studies*, 9(2), 351-373. https://doi.org/10.1386/jams.9.2.351_1
- Mullings, L. (2004). Race and globalization. *Souls*, 6(2), 1-9. <https://doi.org/10.1080/10999940490506979>
- Njubi, F. (2001). New media, old struggles: Pan Africanism, anti-racism and information technology. *Critical Arts*, 15(1-2), 117-134. <https://doi.org/10.1080/02560240185310101>
- Ndlovu-Gatsheni, S. J. (2018). *Epistemic Freedom in Africa: Deprovincialization and Decolonization*. London: Routledge.
- Ng* ug* i wa Thiong'o, Ngugi, J., Gugi, J., Thiong'o, N. W., & Thiong'o, N. W. (1986). *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. J. Currey.
- Nkrumah, K., Arrigoni, R., & Napolitano, G. (1963). *Africa must unite*. London: Heinemann.
- Nyabola, N. (2018). *Digital democracy, analogue politics: How the Internet era is transforming politics in Kenya*. Bloomsbury Publishing.
- Padmore, G. (1974). Pan-Africanism or communism.
- Prah, K. K. (2006). *The African nation: The state of the nation*. Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS).
- Quijano, A. (2000). Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. *International sociology*, 15(2), 215-232. <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>

- Said, E. W. (1977). Orientalism. *The Georgia Review*, 31(1), 162-206.
- Smith, L. T. (2021). *Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples*. Bloomsbury Publishing.
- Vegh, S. (2013). Classifying forms of online activism: The case of cyberprotests against the World Bank. In M. McCaughey & M. Ayers (Eds.), *Cyberactivism: Online activism in theory and practice* (pp. 71–95). Routledge.